

Escolas, hospitais e clubes na mira

LUCIANA NUNES LEAL E
FRANCISCO LUIZ NOEL

A lista de medidas do governo também estabelece, na prática, o fim da isenção de imposto de renda para "entidades educacionais, instituições de saúde e entidades de prática desportiva", como diz o documento. O secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, anunciará hoje os detalhes desta parte do pacote. "Se essas entidades não têm fins lucrativos, não terão nada a pagar", explicou o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente.

Embora não tivessem total conhecimento do que significa esta mudança, diretores de escolas particulares, hospitalares e clubes de futebol já sabiam, ontem, que enfrentariam sérias dificuldades. Em Salvador, o presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), José Carlos Almeida da Silva, advertiu que o aumento de gastos será repassado às mensalidades em 1998. O vice-presidente do Flamengo,

Michel Assef, foi ainda mais dramático: "Se for o que estou pensando, vamos suprimir os esportes amadores, cortar pessoal e acabar com um programa de escolinha de futebol para cinco mil crianças".

Segundo José Carlos Almeida, reitor da Universidade Católica de Salvador, as universidades particulares terão de readjustar as mensalidades acima do que previam, ano que vem, para compensar o fim das isenções às instituições de ensino. "De alguma maneira, elas vão ter que repassar", disse. Se o governo proibir os aumentos, alertou, as universidades serão obrigadas a promover cortes de gastos que poderão prejudicar as atividades pedagógicas. Das 120 universidades do conselho de reitores, 63 têm isenções da contribuição ao INSS ou do Imposto de Renda.

O fim da isenção para instituições de ensino, saúde e desportos ainda será definida pelo governo, mas a princípio não precisarão declarar imposto de renda somente aquelas que conseguirem provar que não tiveram lucro. O governo

ainda não definiu como cada instituição será afetada e também não tem idéia de quanto vai representar em aumento de receita.

São essas indefinições do governo o ponto fraco do pacote anunciado ontem, na opinião do economista Estevão Kopschitz, da empresa de consultoria Macrométrica. "Há apenas 22 medidas que o governo sabe exatamente que impacto terão. Só 15 são de grande importância e representam impacto de quase R\$ 17 bilhões. O governo poderia ter anunciado essas 15 e não criaria esse clima de confusão dos pacotões", afirma Estevão.

Na opinião do economista, as medidas a respeito da isenção para escolas, hospitalares e clubes, como não estão definidas, poderiam ser anuncias mais tarde. "Elas acabam criando uma apreensão e não se sabe direito o que significam. É como o médico que diz: 'olha, você está muito doente'. E não diz mais nada", compara Estevão, que, no entanto, considerou acertadas as medidas do governo.